IV CARTA DE PORTO ALEGRE SOBRE DESASTRES E CRISE CLIMÁTICA – SEMINÁRIO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS 2026

Porto Alegre, 12 de novembro de 2026

Os participantes do IV Seminário de Mudanças Climáticas, realizado em 12 de novembro de 2026, no Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, diante da intensificação dos eventos climáticos extremos e de seus impactos sobre a sociedade, reafirmam a necessidade de **consolidar a prevenção de desastres, a adaptação climática e a redução de vulnerabilidades como prioridades permanentes das políticas públicas.**

Os desastres não decorrem exclusivamente de fenômenos naturais, mas da interação entre ameaças climáticas, vulnerabilidades socioambientais e escolhas relacionadas à ocupação e à gestão do território. Sua **prevenção** exige, portanto, **planejamento integrado, decisões fundamentadas no conhecimento científico e compromisso efetivo com a proteção da vida e dos direitos fundamentais**.

À luz dos debates realizados durante o Seminário e dos compromissos estabelecidos nas edições anteriores, destacam-se as seguintes diretrizes:

1. Planejamento territorial e prevenção de riscos

Integrar os instrumentos de planejamento urbano, ambiental e climático, incorporando os mapeamentos de risco, os planos de drenagem urbana, a proteção de áreas ambientalmente sensíveis e as soluções baseadas na natureza às políticas de ordenamento territorial, com o objetivo de reduzir a exposição da população a riscos e prevenir desastres.

2. Segurança das infraestruturas e continuidade dos serviços essenciais

Incorporar a avaliação dos riscos climáticos ao planejamento, à implantação e à gestão de infraestruturas e serviços essenciais, especialmente nos setores de energia, saneamento e segurança de barragens, assegurando medidas de prevenção, adaptação e continuidade operacional diante de eventos extremos.

3. Fortalecimento da Defesa Civil e da capacidade institucional de resposta

Assegurar a estruturação permanente dos órgãos municipais de proteção e defesa civil, com equipes qualificadas, recursos adequados e instrumentos de planejamento e contingência, fortalecendo a capacidade de prevenção, preparação e resposta a desastres, em articulação com os diferentes níveis de governo.

4. Informação, educação e participação comunitária

Ampliar o acesso à informação climática qualificada, promover a educação para a percepção dos riscos e incentivar a preparação e a participação das comunidades, reconhecendo o papel das escolas, dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs), das universidades e das organizações da sociedade civil na consolidação de uma cultura de prevenção.

5. Inovação, financiamento e cooperação institucional

Fomentar mecanismos de financiamento climático, soluções inovadoras e iniciativas de cooperação entre o Poder Público, a iniciativa privada, as instituições científicas e a sociedade civil, de modo a transformar conhecimento e recursos em ações concretas de prevenção, adaptação climática e redução das vulnerabilidades socioambientais.

Reafirma-se, nesse contexto, o papel do Ministério Público na promoção, no acompanhamento e na fiscalização de políticas públicas voltadas à prevenção de desastres e à adaptação climática, mediante atuação resolutiva, transdisciplinar e articulada com os demais atores institucionais e sociais.

Os desastres recentes evidenciam que a reconstrução não pode se limitar ao restabelecimento das condições anteriores. É necessário superar vulnerabilidades históricas, corrigir deficiências estruturais e orientar os investimentos públicos para a redução de riscos, a proteção das populações mais expostas e a segurança dos territórios.

A prevenção não pode depender da memória dos desastres. Deve orientar, de forma contínua, o planejamento, os investimentos e as decisões do Poder Público.

Com esse compromisso, os participantes reafirmam que o enfrentamento da crise climática exige responsabilidade compartilhada, continuidade das políticas públicas, cooperação institucional e participação social, tendo como fundamentos o conhecimento científico, a justiça climática e a proteção da vida..

Porto Alegre, 12 de novembro de 2026